

A CONCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES SOBRE A SEXUALIDADE: DIREITOS SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Ariane Ferreira da Silva

Graduanda em Pedagogia, UFPB-CCAIE- DED
ariane-pb@hotmail.com

Crislaine de Souza Ataíde

Graduanda em Pedagogia, UFPB-CCAIE- DED
crysataide@hotmail.com

Elaine Cristina de Medeiros Alves

Graduanda em Pedagogia, UFPB-CCAIE- DED
elaine.ufpb2009@hotmail.com

Orientador: **Joseval dos Reis Miranda**

Professor da UFPB-CCAIE-DED
josevalmiranda@yahoo.com.br

GT 19 - SEXUALIDADES E JUVENTUDES: INTERFACES EDUCATIVAS

RESUMO:

As expressões e sentimentos diferenciados no período da adolescência estão presentes em diversas ocasiões em relação à sexualidade. Buscamos nesse trabalho conhecer as percepções dos estudantes do Ensino Médio da rede pública estadual sobre a sexualidade. O objetivo foi compreender como os adolescentes definam as questões sobre a sexualidade e os direitos sexuais. O trabalho foi realizado em duas escolas dos municípios de Rio Tinto e Santa Rita- PB. Participaram desta pesquisa 35 adolescentes das turmas de 3º ano do Ensino Médio. Os dados da pesquisa apontam que ainda há muito a ser feito para promover o esclarecimento destes jovens a respeito das manifestações da sexualidade, muitos tabus e preconceitos envolvem a temática; é necessária a criação de um espaço de diálogo no ambiente escolar além da parceria entre a família e a escola para melhor orientá-los e esclarecê-los no intuito de vivenciar a sexualidade de forma saudável e consciente.

Palavras-chave: Sexualidade. Educação Sexual. Direitos sexuais.

Introdução

A construção social da sexualidade se faz presente na identidade biológica, (macho e fêmea), identidade psicológica (masculino e feminino), identidade social de gênero e cultura (grupos homens- mulheres, ideologias). A família, a escola, governos e demais instituições são considerados ambientes onde o indivíduo busca meios para a sua sobrevivência social e

sexual, de fato para uma identidade social de gênero onde se faz necessário que o processo de socialização seja subdividido para as faixas etárias específicas.

Nas questões relacionadas à sexualidade e os direitos sexuais, alguns autores definem como processo ou colocam em evidências seus efeitos, com isso a formação da personalidade estar relacionada principalmente a socialização em um país como o nosso onde prevalecem valores capitalistas, consumista e tecnológica. Na década de 90 houve um grande avanço na questão dos direitos sexuais de crianças e adolescentes com a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), que aconteceu no Cairo, nesta conferência a sexualidade passa a ser considerada como dimensão fundamental da existência humana.

Os avanços ocorridos nesta conferência tem uma contribuição importante dos movimentos sociais na garantia dos direitos sexuais, onde na década de 90 o movimento de gays e lésbicas junto com o movimento feminista, compreende a sexualidade atrelada ao prazer, liberdade e bem-estar sexual no âmbito dos direitos humanos (CORREIA *et al.*,2003). Segundo Rios (2006) conceitualiza os direitos sexuais:

Direito a liberdade sexual; direito a autonomia sexual, integridade sexual e a segurança do corpo sexual; direito a privacidade sexual; direito ao prazer sexual; direito a expressão sexual; direito a associação sexual; direito as escolhas reprodutivas livres e responsáveis; direito a informação sexual livre de discriminações. Estes são alguns dos desdobramentos mais importantes dos princípios fundamentais da igualdade e liberdade que regem um direito da sexualidade. Liberdade, privacidade, autonomia e segurança, por sua vez, são princípios fundamentais que se conectam de modo direto a vida e ao direito a não sofrer exploração sexual (RIOS, 2006, p.7).

Segundo o Ministério da Saúde (2006) as políticas dos direitos humanos garantam a vivência plena da sexualidade independente do quesito etário, onde devemos problematizar que na prática, crianças e nem mesmo adolescentes são efetivamente contemplados por estes direitos, porque em nosso país há uma incompreensão compartilhada socialmente que associa os direitos sexuais a violação sexual.

Dessa forma os direitos sexuais passam a ser considerados como direitos humanos e não são considerados subjugados aos direitos reprodutivos e nem atrelados unicamente à saúde sexual. De acordo com Melo (2008), são espinhosas as relações entre direitos, sexualidade e infância/adolescente visto que, na realidade brasileira, apenas o viés da violação sexual encontra-se em debate.

Os estudos na área de antropologia alertam para os problemas enfrentados pelos adolescentes de cultura para cultura, a passagem da fase da criança para a adolescência

caracteriza indicadores definidos como as mudanças ocorridas na puberdade dependendo de critérios reforçados para um grupo social.

É de fato que podemos entender a adolescência como uma fase de indefinição, de conflitos e crises, de questionamentos, de “rebeldia”, porém um período de busca de liberdade, ou pode-se dizer que a adolescência é a fase que o indivíduo sofre um processo de transformação, não somente fisicamente, mas também psicologicamente havendo um avanço intelectual e social desenvolvendo alguns princípios, permitindo que o adolescente possam definir suas escolhas, definindo assim limites e possibilidades em sua vida. Sendo a adolescência considerada uma passagem de transformação hormonal ou biopsicossocial para a fase adulta, é importante considerar que o indivíduo nesta etapa de vida busca transformações e experiências no que diz respeito a valores, comportamentos, sonhos e preferências.

O início da prática sexual está presente em assuntos ligados à sexualidade, e não pode de forma alguma ser esquecido, com isso a maturação sexual é inata ao ser humano, embora a maneira de lidar com ela, seja assimilada socialmente, precisando ser elaborada e orientada de maneira que o/a adolescente se desenvolva de certa forma favorável ao que se possa expressá-la positivamente, sem culpas, medos e preconceitos.

É certo dizer que a prática sexual entre os adolescentes, desenvolve a maturidade da sexualidade e do interesse pelo outro, tendo em seu significado o desejo de conhecimento do próprio corpo e do outro, sendo um processo de descobertas e de experimentações. Nesta fase o diálogo com a família é essencial para o conhecimento do adolescente sobre a sexualidade, mas nem sempre esse diálogo favorecem os jovens, pois em muitos casos prevalecer apenas suas tradições e tabus dos seus pais não deixando espaço para que os filhos exponham suas dúvidas e relatem a existência de uma vida sexual ativa.

Educação Sexual na Escola

O ambiente de estudo é de fato um espaço de mudanças nas relações afetivas entre crianças e adolescentes, com isso é importante que a questão da sexualidade seja tratada de maneira clara e objetiva. No Ensino Médio o namoro ou ficar fomentam vontades, desejos e descobertas onde se torna comum a cada dia, hoje este tema é abordado de forma espontânea na televisão e revistas onde crianças e adolescente tem livre acesso para tirar suas dúvidas, mas o espaço escolar deve informar aos alunos toda transformação do seu corpo, ainda que o assunto tenha suas crenças e tabus, mas não se pode ocultar a questão presente na vida do ser humano.

Acreditamos que a educação sexual na escola reforça o diálogo para uma provável discussão na sala de aula com professores e pessoas preparadas e em casa também, pois é papel fundamental os pais orientarem seus filhos para a sexualidade. Hoje, crianças e adolescente estão descobrindo o sexo muito cedo e os limites dos seus próprios corpos, onde a gravidez precoce esta presente, e nestes casos é preciso passar a informação sem mitos e preconceitos conscientizando os jovens e adolescentes sobre a vivência da sexualidade de forma saudável e com responsabilidade.

O papel da escola neste contexto é contribuir para o amadurecimento da sexualidade e dos direitos sexuais dos jovens incluindo a sala de aula como um espaço democrático e dialógico, tendo a visão do jovem liberdade de pensar e refletir sobre a sexualidade e outras questões. Geralmente as informações que os jovens têm ou obtém sobre sexo costumam traspor aos aspectos relativos à reprodução humana ou prevenção de doenças mostrando assim uma visão reducionista sobre os aspectos da própria sexualidade e do outro.

A escola tem que informar os alunos para que os mesmos possam enriquecer todo o seu conhecimento sobre sua futura vida sexual, para que a mesma seja prazerosa e acima de tudo com responsabilidade e segurança, tanto para a gravidez indesejada quanto para as doenças sexualmente transmissíveis, mas acima de tudo para o respeito a si e ao próximo.

A educação sexual na escola deve buscar informações e formas de experiência do assunto, de maneira que o sexo para ele não se torne uma questão radical e proibida, assim os temas transversais escolares devem ser trabalhados na orientação da educação sexual no ambiente escolar, onde a educação é um processo ao quais todos são submetidos, caracterizando por ser um processo ininterrupto através do qual vamos formando nossa opinião, desfazendo-nos de coisas que nos parecem superadas e transformando nossos pensamentos e ações.

O espaço escolar caracteriza-se como plural tanto do ponto de vista de seus membros, estudantes, professores/as, dirigentes e funcionários/as, bem como do ideológico, pois neste pode ser encontrada uma diversidade de ideias e ações. No Brasil, constatou-se a necessidade de discutir os aspectos da sexualidade no espaço escolar através dos temas transversais que se configuram como uma tentativa de voltar à prática educacional para a construção de uma realidade social pautada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2000) diz: “Esse pressuposto baseia-se na ideia de que a escola não muda a sociedade, mas pode transcender o espaço de reprodução para o espaço de transformação, uma vez que as práticas pedagógicas são sociais e políticas”.

Segundo Moizés e Bueno:

[...] destacar o/a professor/a como agente central na consecução dos objetivos da transversalidade dos PCN faz refletir sobre sua real condição de trabalho e a qualidade de sua formação profissional, uma vez que sua capacidade para o desempenho eficaz e emancipador sobre a sexualidade na escola se constitui em um grande desafio (MOIZÉS e BUENO, 2010, p.205-212).

Desse modo, ensinam-se na escola na disciplina de Biologia sobre espermatozoides, óvulos, ovários, fecundação, gestação e parto e nada ou bem pouco sobre o coito, o orgasmo, a relação sexual, a anatomia do prazer ou ainda os meios de prevenção das doenças, mas hoje nossa realidade não pode ser mascarada, pois já se tem em mente que é preciso ajudar o jovem no processo de amadurecimento da sexualidade, onde esta educação proporcionará uma melhor qualidade de vida para o adolescente.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) sugerem uma reflexão crítica acerca da temática da sexualidade como tema transversal no currículo das escolas de Ensino Fundamental e Médio, em virtude de mudanças comportamentais em relação às práticas sexuais dos (as) adolescentes e jovens que vai influenciar o modo de agir de cada indivíduo.

Metodologia

A pesquisa foi realizada por meio da aplicação de um questionário com questões abertas e fechadas para a compreensão dos valores dos adolescentes sobre a concepção da sexualidade e os direitos sexuais, onde se visualizou uma melhor aplicabilidade da intervenção e orientação educativa.

Diante dos resultados dos questionários percebemos que as escolas abordam a questão dos direitos sexuais de crianças e adolescente de maneira superficial e vem sendo trabalhados apenas por palestras que são ministradas por professores e equipe dos PSF (Posto de Saúde Familiar).

Identificamos que os adolescentes adquirem esses conhecimento através de duas disciplinas que são elas Biologia e Sociologia, acreditamos que essas disciplinas estão relacionadas ao corpo humano e o desenvolvimento da sociedade, de fato este é um tema transversal que deve ser incluindo em todas as disciplinas, onde se busca considerar a sexualidade como algo inerente a vida e a saúde (PCN, 1999).

As atividades trabalhadas nessas escolas ainda resistem ao um tabu, que se utilizam apenas de palestras não muito produtivas e que se retém a explicar os meios contraceptivos, segundo Leite:

Constata que a temática da sexualidade não está na agenda dos projetos educacionais e assistenciais voltados a criança e adolescentes e, quando o tema aparece, é uma perspectiva negativa, vinculada a supostos “problemas” como a gravidez “indesejada”, as doenças sexualmente transmissíveis/AIDS e a violência (LEITE, 2009, p.15).

A visão que os discentes têm sobre os direitos sexuais de crianças e adolescentes estar voltada apenas para a violência física ou verbal de fato a sexualidade tem sido abordada, por vezes, de uma forma insuficiente e simplista no qual sabemos que a sexualidade não é apenas prazer, mas como afetividade, autonomia e liberdade, pois, ela é uma instância da vida humana constituída culturalmente.

Em uma breve conversa com as alunas percebemos que elas têm um conhecimento dos métodos contraceptivos e preventivos, elas também conheciam a camisinha masculina e já tinham visto a camisinha feminina através das palestras ministradas pelos profissionais da área de saúde, a pílula algumas adolescentes referiram-se a ela como remédio. Diante do exposto os adolescentes acreditam que os temas sobre sexualidade devem fazer parte dos conteúdos da escola tornando assim, conhecedores dos seus próprios desejos e direitos que muitas vezes são vedados por pais e professores.

O que revelou a pesquisa

O questionário foi de grande importância para o investigador onde o mesmo pode recolher informações sobre determinados temas, a facilidade com que se interroga um elevado número de pessoas, num espaço de tempo relativamente curto é uma grande vantagem neste tipo de aplicativo em uma pesquisa acadêmica.

O público alvo da nossa pesquisa foram os alunos, onde foi possível recolher informações que permitiram conhecer melhor as metodologias de ensino, podendo visualizar os conteúdos quando necessários, na aplicação do questionário colocou-se uma série de questões que abrange um tema de interesse para os investigadores.

Em nosso questionário trabalhamos com questões abertas e fechadas, as questões de respostas abertas nos permitiu ver como os estudantes constroem suas respostas com suas respostas e a sua liberdade de expressão. Já as questões fechadas nos trouxe uma concepção de que os alunos apenas seleciona a opção desejada ou que, mas se adéqua a sua opinião, as vantagens e desvantagens existentes nesses questionários apresentam uma infinidade prezando o pensamento livre e a originalidade.

Ao analisarmos os questionários percebemos que as escolas mesmo estando em cidades diferentes, tem um mesmo conteúdo a ser trabalhados para seus alunos, de forma que as respostas dos questionários eram quase todas parecidas e alguns não relatam de maneira correta em uma das questões sobre a opinião dos mesmos sobre os direitos sexuais:

[...] *direito de saber tudo sobre fazer sexo e se prevenir* (Aluno A).

[...] *se adultos forem pegos com crianças podem ir presos* (Aluno B).

[...] *não sei nada* (Aluno C).

[...] *é uma lei que nos ajuda a ser adulto* (Aluno D).

[...] *com as leis, nós se protege das doenças* (Aluno E).

Portanto, verificamos que através dos resultados dos questionários persistem padrões tradicionais e dúbiosos em relação às questões dos direitos sexuais dos adolescentes e sua sexualidade, onde, por sua vez se oculta que a sexualidade não é uma possibilidade real ou mesmo um fato na vida do indivíduo, sendo a sexualidade concebida pelas adolescentes como algo particular a cada pessoa vista que ela é fonte principal de formação em uma vida moralmente sadia e responsável.

Considerações Finais

Concluimos que os adolescentes carregam crenças equivocada e preconceituosas sobre a sexualidade em sua maioria, com isso a importância da educação sexual se faz cada vez mais presente na sociedade atual que expõe os adolescentes a uma série de estímulos, mas que não fornece espaço para que ele conheça seu próprio corpo e sua sexualidade.

Acreditamos na necessidade de formação e informação por parte dos professores sobre a temática da Educação Sexual, pois alerta para a ideia de que todos os participantes da sociedade são responsáveis pela formação de conceitos e crenças. Romper com os tabus, preconceitos, ou equívocos conceituais no campo da Sexualidade também é tarefa da escola que não cumpre somente a missão de transmitir conteúdos. É preciso pensar a escola como espaço de formação em sentido mais amplo, ou seja, espaço de formação de seres humanos mais justos, igualitário e respeitadores.

Assim sendo, não podemos negar que hoje o sexo/sexualidade faz parte da vida cotidiana dos jovens e temos que aprender a informar sem preconceito e tabus sobre a questão

da sexualidade na vida de todo o fator principal para as questões sexuais em sala de aula são passar a informação sem reforçar mitos e preconceitos e possibilitando o diálogo da forma mais aberta possível.

Referências

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, 364p, 1999.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais: ética**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CORRÊA. S., Jannuzzi, P.M.& Alves, J. E. D. (2003). Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico e sistema de indicadores. In: S. Cavenaghi (coord.). **Indicadores municipais de saúde sexual e reprodutiva** (pp. 14-26). Rio de Janeiro: ABEP.

LEITE, V. J. (2009). **Sexualidade adolescente como direito?** A visão de formuladores de políticas públicas. (Dissertação de mestrado do Instituto de Medicina Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ).

MELO, E. R. (2008). Direito e norma no campo da sexualidade na infância. In: M.A Ungoretti. **Criança e adolescente: Direitos e sexualidade** (PP.43-60). São Paulo: Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e adolescentes-ABMP.

MOIZÉS, Julieta Seixas; BUENO, Sonia Maria Villela. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 44, n.1, p.205-212,2010.

RIOS, R. R. (2006). Para um direito democrático da sexualidade. **Horiz antropol.**, 12, 71-100.